

PODE A GUERRA NÃO PRECEDER A QUEDA? UMA ANÁLISE DA ASCENSÃO PACÍFICA CHINESA E DA INTERDEPENDÊNCIA ENTRE EUA E CHINA

CAN WAR DID NOT PRECEDE THE FALL? AN ANALYSIS OF CHINESE PEACEFUL RISE AND THE INTERDEPENDENCE BETWEEN USA AND CHINA

Alexandre Cesar Cunha Leite¹

Lohana Gabriela Simões de Oliveira Ramos²

RESUMO:

O presente artigo objetiva tratar das relações sino-americanas e como um conflito para a manutenção da hegemonia dos Estados Unidos no sistema internacional seria prejudicial para ambos os Estados. Desta maneira, o trabalho defende que, devido a diversos fatores, há baixa possibilidade da ocorrência de tal conflito. Diante disso, será analisado o conceito de “ascensão pacífica” e suas mudanças refletindo a preocupação da China em não parecer hostil, além de tratar como se deu a reaproximação entre China e EUA até os dias atuais. Desta forma, discorrerá sobre os motivos que defendem a suposição e a defesa da existência de baixas possibilidades de um conflito armado entre as duas nações. O artigo utiliza a metodologia documental, exploratória e revisão de literatura, por meio de leitura de livros, artigos acadêmicos e documentos oficiais do governo chinês que certifiquem a congruência e fundamentação ao trabalho.

PALAVRAS-CHAVE:

Ascensão pacífica; China; EUA.

ABSTRACT:

This article aims to address the Sino-US conflict and how a conflict to maintain US hegemony in international relations system would be detrimental to both states. Thus, the paper argues that, due to

1 Professor e Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba (PPGRI/UEPB) e do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional da Universidade Federal da Paraíba (PGPCI/UFPB). Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisa em Ásia Pacífico (GEPAP/UEPB/CNPq). Researcher, Brazilian National Council for Technological and Scientific Development (CNPq). E-mail: alexccleite@gmail.com.

2 Professora do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba (PPGRI/UEPB) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Ásia Pacífico (GEPAP/UEPB/CNPq). Bolsista CAPES. E-mail: lohana_gabi@hotmail.com.

various factors, there is a low possibility of occurrence of such a conflict. Hence, the concept of “peaceful rise” will be analyzed and its changes reflecting the Chinese concern not to seem hostile toward other States, in addition to addressing how was the reconciliation of relations between China and the US and how this relation is taking place currently. Thus, the reasons to advocate the assumption and the defense of the existence of low chances of an armed conflict between the two nations are discussed. The article uses the documentary, exploratory and literature revision methodology, through reading books, academic papers and official documents certifying the Chinese government congruence and motivation to work.

KEYWORDS:

Peaceful rise; China; USA.

INTRODUÇÃO

A expectativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da China era de 10,3%, de acordo com o relatório divulgado pelo Escritório Nacional de Estatística da China em 2010. Entretanto, o relatório do *World Bank* de 2010 apontou um crescimento de 10,4% do PIB chinês, apresentando uma diferença de 5,7% na taxa de crescimento anual em relação ao Japão, país este que até então ocupava o segundo lugar no ranking de desempenho econômico global³. Esse significativo crescimento rendeu à China a posição de segundo maior PIB mundial, desde 2010, atrás apenas dos Estados Unidos.

O novo posto na economia, baseado no fluxo de comércio, no crescimento da produção de bens e serviços finais, elevado volume de investimentos e na participação estatal estruturada e planejada na geração de capacidade, resultaram no crescimento de seu PIB, evidenciando seu status de potência mundial. Vale ressaltar que o poder econômico não é o único fator que a caracteriza como uma potência. De acordo com Lyrio (2010, p.28), apesar de haver várias definições do termo “grande potência”⁴, um elemento de comum acordo na literatura é o relacional, visto que a definição de “poder” envolve a interação dos Estados no sistema internacional. O autor defende, da mesma maneira que Paul Kennedy (1988), que os dois principais fatores para afirmação de uma grande potência são a eficiência econômica e a eficácia militar. Além do mais, aspectos geográficos, tamanho populacional, habilidade de organização política e de composição de alianças, são elementos adicionais que permitem uma nação postular a classificação de potência. Deste modo,

3 Em 2010, o PIB da China alcançou a marca de US\$ 5,930,502,270,317, ultrapassando o valor do PIB japonês de 2010 de US\$ 5,495,387,182,996. Essa distribuição no ranking de PIBs Mundiais permanece, com a China em segundo lugar e o Japão em terceiro.

4 Definições que estão em “A política do poder”, de Martin Wight, como a de Treitschke, que defende que “um Estado pode ser considerado grande potência se uma coalizão de outros Estados for necessária para levar a cabo sua total destruição”, de Toynbee “uma grande potência pode ser definida como uma força política que exerce um efeito que se estende sobre o maior campo de ação da sociedade na qual opera” e de Alfred Zimmern “todo Ministro das Relações Exteriores de uma grande potência preocupa-se com o mundo todo durante todo o tempo” (LYRIO, 2010, p.28).

seu extenso território, sua grande população, seu desenvolvimento econômico, o aumento de sua participação, tanto em âmbito político internacional como ator ativamente participante de diversas organizações e tratados, como sua grande representatividade na economia e no comércio mundial, sua riqueza de recursos humanos e físicos, não podem ser características destituídas de relevância ou dispensadas no que tange o status de potência. Segundo Oliveira e Leite (2014, p. 267) *“Beside the repeated considerations on the impressive Chinese economic growth, the weightings around its classification as a new world power have widened significantly”*.

Por consequência, essa conjunção influencia as relações com os outros países, principalmente com os Estados Unidos da América, que ocupa o lugar de primeira economia mundial. Com o discurso de “ascensão pacífica”, no século XXI, a China defende, por intermédio de sua narrativa positiva, que seu desenvolvimento não se converte em desequilíbrio à ordem do sistema internacional e muito menos representa uma ameaça à hegemonia da nação norte-americana, alegando que seu crescimento faz parte da construção de um mundo com relações harmoniosas⁵. Apesar do elemento pacifista estar presente em diversos setores da diplomacia chinesa, o termo *“Tao Guang Yang Hui”*, apresentado por Deng Xiaoping, como estratégia diplomática da China no final de 1980 e início de 1990, tem sido interpretado de forma equivocada, como alega Xiong Guangkai⁶. A expressão tem sido propagada, inclusive pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos, conforme pode-se observar no Relatório sobre o Poder Militar da República Popular da China, contidos nos anos entre 2002 a 2007 e de 2009, como uma estratégia chinesa de esconder capacidades e esperar a melhor hora para agir. Além do Departamento de Defesa dos EUA, autores como Fareed Zakaria também a utilizam com o mesmo sentido.

As relações sino-americanas demonstram uma estrutura de interdependência na qual um conflito armado para manutenção do poder norte-americano seria prejudicial para a organização do sistema mundial, primeiro por abalar as relações entre os países detentores dos dois primeiros PIBs mundiais, segundo que alguns países do sistema internacional se envolveriam nesse possível conflito. Visando analisar a baixa probabilidade de uma guerra hegemônica entre China e Estados Unidos, o artigo discorre sobre os fatores que favorecem a afirmação de que um conflito armado não é uma opção completamente precisa,

5 Veja mais em: <<http://www.china.org.cn/english/features/book/152684.htm>> Acesso em: 17 set. 2014.

6 Para Xiong Guangkai (2010), *“Tao Guang Yang Hui”* significa: *“A correct understanding and an accurate translation of the term “Tao Guang Yang Hui” will, beyond any doubt, conduce to the effort of bringing home to the outside world China’s peaceful foreign policy, enabling the international community to have a better understanding of China’s road of peaceful development and traditional strategic culture, and upholding as well as projecting a favorable image of China to the world.”*

considerando uma análise de custo-benefício, de interesses das nações envolvidas e do grau de interdependência estabelecido entre as duas nações no decorrer dos últimos anos do século XX e no início do século XXI. Esse tema possui grande relevância para as Relações Internacionais, pois trata da compreensão da política internacional notadamente das relações entre duas grandes potências, além de visar os estudos regionais, levando em consideração diversas abordagens teóricas para que se chegue a um processo de análise satisfatório.

Desta forma, o presente artigo objetiva avaliar quais são os fatores que contribuem para que se possa argumentar que o conflito não é uma possibilidade tão concreta a exemplo do que defendem Ikenberry e Mearsheimer. Além disso, defende-se a relativização da análise que caminha em direção ao conflito, visto que parcela significativa das análises e dos indicadores caminha em sentido contrário. Com enfoque qualitativo, o artigo utiliza a metodologia documental, tendo como fontes documentos oficiais de ambos os governos, bem como relatórios de instituições internacionais e produção acadêmica e científica sobre o tema. Assim como a pesquisa realizada tem fim exploratório, na ambição de aprofundamento na temática abordada e revisão de literatura, por meio de trabalhos acadêmicos que abordam o assunto com a intenção de aprofundamento na temática abordada. Vale ressaltar que será sustentado o argumento de baixa probabilidade de um conflito, sem utilizar um instrumental estatístico, mas sim contribuindo com bases informacionais, estabelecendo um diálogo entre as literaturas selecionadas.

Para tanto, o artigo encontra-se dividido em duas partes, além dessa introdução e das considerações finais. A primeira analisará o conceito de “ascensão pacífica”, sua origem e a mudança do termo “ascensão” para “desenvolvimento pacífico”, refletindo a preocupação da China em não parecer hostil perante os outros Estados. Também será explanada quais foram as políticas adotadas para o crescimento e desenvolvimento do país na década de 1970. Outrossim, tratará do processo da reaproximação das relações entre China e EUA, além de discutir, com base na literatura sobre o tema, as distintas interpretações que o discurso de ascensão pacífica possui nos Estados Unidos.

A última seção discorrerá sobre os motivos que sustentam a suposição e a defesa da existência de baixas possibilidades de um conflito armado, reafirmando que o conflito é um evento que pode ser evitado, argumentando que as capacidades e as intenções de ambos os Estados podem visar à cooperação baseado na interdependência que os mesmos possuem. Além disso, demonstrar-se-á os incalculáveis prejuízos que tal choque de interesses acarretaria a toda a ordem internacional, principalmente com o alto poder destrutivo das tecnologias bélicas que atualmente tem sido produzidas por esses Estados.

1 A ascensão pacífica chinesa e a relação com os EUA

“A China não busca a hegemonia ou a predominância sobre assuntos internacionais. (...) O desenvolvimento da China depende da paz mundial – uma paz que seu desenvolvimento, por outro lado, reforçará” Zheng Bijian

Nesta seção, atenta-se para a importância do conceito de “ascensão pacífica”, sua origem e a mudança do termo “ascensão” para “desenvolvimento pacífico”, refletindo a preocupação da China em um primeiro momento atenuar o discurso que propaga sua posição de ameaça e, posteriormente, dirimir a argumentação de que a China consiste em um Estado hostil perante os outros Estados e dentro do sistema internacional. Tal como as políticas adotadas para o crescimento e desenvolvimento do país no final da década de 1970. E por fim, tratará do processo de reaproximação das relações entre China e EUA, além de discutir, com base na literatura sobre o tema, as distintas interpretações que o discurso de ascensão pacífica possui nos Estados Unidos.

1.1 Ascensão pacífica, desenvolvimento pacífico ou sociedade e mundo harmonioso? Conceitos utilizados pela política externa chinesa

Em 2003, no decorrer do Fórum de Bo’ao para a Ásia, sediada na China, Zheng Bijian, vice-presidente do *Central Committee’s Central Party School*, utilizou o termo “ascensão pacífica” pela primeira vez. Apesar de a expressão ter sido bem aceita e até utilizada por outros líderes chineses, percebeu-se que o tom intimista poderia causar interpretações distorcidas e abrir brechas que poderiam dar margem a uma suposta intenção do país em confrontar o poderio norte-americano e desconfigurar a ordem internacional através da sua ascensão. Dois anos após o lançamento do termo “ascensão pacífica”, o termo foi substituído por “desenvolvimento pacífico”.

Há várias explicações defendidas relacionadas à mudança do termo, além da apresentada acima. Segundo Choo (2009 apud AMARAL, 2012), a modificação da expressão pode ter relação com a inviabilidade da independência de Taiwan para a China. Taiwan fez um referendo, em 2005, no qual diversos tópicos foram discutidos, inclusive sua independência e as eleições para presidente. Por conta disso, houve uma retaliação militar por parte da China contra os esforços

7 ZHENG Bijian. “China’s “Peaceful Rise” to Great-Power Status”. *Foreign Affairs*, September/October, 2005. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/61015/zheng-bijian/chinas-peaceful-rise-to-great-power-status>> Acesso em: 21 out. 2014.

para independência e movimentos para eleições presidenciais, contradizendo, portanto, o termo defendido pela política externa chinesa. Assim, “percebendo o beco sem saída, os líderes de Beijing renomearam em 2005 a teoria da ascensão pacífica para desenvolvimento pacífico” (CHOO,2009, p.397 apud, AMARAL, 2012, p.86). Além dessa argumentação, Suettingger (2005, p.8) apresenta outra justificativa para a alteração do termo. De acordo com o autor, uma disputa política entre Wen Jiabao e Hu Jintao relacionado a Jiang Zemin - presidente da Comissão Central Militar - estaria por trás da alteração⁸.

Independentemente do motivo que levou à mudança, a partir de 2005 o termo utilizado nos discursos e relatórios passou a ser “desenvolvimento pacífico”. Apareceu, primordialmente, por meio de um documento denominado “*China’s Peaceful Development Road*”⁹, lançado no ano de 2005 pelo governo chinês. É válido ressaltar que o documento não apresenta o termo “ascensão”, mas traz em seu conteúdo as mesmas ideias centrais contidas e abordadas pelo termo anterior não citado.

Na busca de não parecer agressivo nos discursos, vale ressaltar outros termos comumente utilizados em discursos e documentos oficiais, como “mundo harmonioso”¹⁰ e “sociedade harmoniosa”. Em 2011, no 12º Plano Quinquenal, Wen Jiabao defendeu a construção de um “mundo harmonioso” através de uma “sociedade harmoniosa”, expressando a vontade da política externa chinesa em apresentar-se por via pacífica. Desta forma, a política externa chinesa foi de encontro à denominação negativa que alega que o desenvolvimento da China representa uma ameaça a hegemonia norte-americana, e conseqüentemente, a ordem e paz do sistema internacional.

Além disso, utilizando o artifício da leitura documental, observa-se um conjunto de afirmações advindas de importantes representantes chineses mostrando-se contrárias ao país se tornar uma hegemonia. Em 1974, em uma sessão especial da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU),

8 “Para o autor, haveria uma disputa política entre Hu Jintao e Wen Jiabao em relação ao presidente da Comissão Central Militar, Jiang Zemin, e seus apoiadores. A questão envolve a elaboração de políticas, em que Hu e Wen procurariam novos conceitos para implementar, desvencilhando-se daqueles que outrora haviam sido advogados por Jiang Zemin. Isso dá indícios de uma possível disputa de poder. A retirada do termo dos discursos oficiais estaria favorecendo o “lado” de Zemin e seus apoiadores, contrariando a intenção inicial que era de criar algo novo para superar as ideias de Zemin, causando um incômodo pessoal nele em relação à nova estratégia chinesa” (AMARAL, 2012, p. 86).

9 Documento no qual continham os objetivos da China para o século XXI no que concerne a política externa do país.

10 “Hu Jintao divulgou a primeira formulação geral do conceito de «mundo harmonioso», descrevendo-o aprofundadamente em 15 de setembro do mesmo ano no seu discurso intitulado «*Strive to Construct Harmonious World of Lasting Peace and Common Prosperity*» ante a Assembleia Geral da ONU, ocasião das comemorações do sexagésimo aniversário da Organização e no qual definiu o significado desta nova formulação como sendo uma visão de construção de uma nova ordem internacional” (CARRIÇO, 2013, p. 26).

Deng Xiaoping, líder político chinês e idealizador da reforma, abertura e modernização do seu país, proferiu as seguintes palavras: “A China não pretende ser uma superpotência. Se a China mudar de cor, e tornar-se uma superpotência para buscar a hegemonia mundial, as demais nações a denunciarão, lutarão contra ela e a derrubarão junto com o povo chinês”¹¹. E mais recentemente, em 2012, na abertura do 18º Congresso do Partido Comunista Chinês (PCCh), Hu Jintao apresentou um relatório o qual reafirmava ser contra qualquer forma de hegemonismo e que nunca seguirá com finalidade hegemônica ou expansionista¹². Portanto, o que se pode inferir é que o termo procura “desmistificar a ideia de que uma grande potência só pode emergir abalando a ordem vigente e desestabilizando o sistema, como foram os casos do Japão e Alemanha no século XX” (AMARAL, 2013, p.9).

Portanto, o discurso de uma ascensão e desenvolvimento pacífico tem sido um importante instrumento da diplomacia chinesa no século XXI, devido ao fato de seu desenvolvimento ter saltado na década de 1970, rendendo números positivos para o país tanto em contexto interno, quanto externo. Além disso, diversas alterações no ramo político e econômico vêm desenhando uma nova política da China internamente. Conseqüentemente, tornando-se um país com grande peso no cenário internacional, a China envolveu-se em diversas esferas de diálogos e cooperação, promovendo sua inserção no sistema internacional.

1.2. Desenvolvimento, reformas e inserção da China

Nota-se a preocupação que incomoda os formuladores de política externa chinesa mediante a observação das diversas reafirmações pacíficas, uma vez que o crescimento do país, atrelado ao aumento de sua participação no sistema internacional, que podem ser interpretados como agressivos. No que concerne ao seu crescimento, faz-se indispensável uma recapitulação do processo pelo qual a China passou a partir de 1949. Nesse período, a China encontrava-se em crise, com altas taxas de inflação, agricultura em ruínas, efeitos negativos por conta de um sistema de propriedade privada da terra associada à exploração abusiva e subumana, o qual boa parte da população passava fome, fatos estes decorrentes da Guerra Civil chinesa, que perdurou de 1946 a 1949 (NONNENBERG, 2010, p. 207). Então, Mao Zedong encabeçou o Exército Popular de Libertação, resultando em sua vitória e na implementação de uma nova forma de governo: o socialismo marxista-leninista. Em vista disso, o Estado chinês passa a ser regido pelo Partido Comunista da China¹³. Com isso, o Partido Comunista Chinês assumiu

11 Disponível em: <<http://portuguese.cri.cn/1/2004/08/18/1@14444.htm>> Acesso em: 20 jun. 2016.

12 Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2012/11/hu-jintao-defende-desenvolvimento-pacifico-e-ampliacao-das-reformas>> Acesso em: 29 jul. 2014.

13 O partido Comunista chinês tem como aspectos o controle, a disciplina, centralismo e verticalidade, traduzida em sua estrutura hierárquica (AMARAL, 2010, p.16).

o compromisso no setor econômico e político do país, visando sua reconstrução no pós Guerra Civil, procurando garantir dois principais pontos: o bem-estar e a segurança nacional. Para o bem-estar social era necessário o estabelecimento de uma base industrial para seu desenvolvimento neste setor, bem como maior modernização tecnológica e obtenção de maquinaria para melhoramento do setor agrícola. A modernização geraria produção mais eficiente e conseqüentemente maior acesso a bens e serviços por parte da população. No que tange a segurança nacional, era necessário investir em defesa, provendo, assim, bens militares para tal finalidade.

Desta maneira, a forma adotada para o desenvolvimento do país foram os Planos Quinquenais. O Primeiro Plano, que abrangeu os anos entre 1953 e 1957, tinha como principal foco o avanço da indústria pesada. O plano contribuiu para o aumento de 5.7% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Entretanto, com o passar dos anos, o plano não deu certo como os seus cálculos previam¹⁴. Por conseguinte, foi lançado o Segundo Plano, visando o aprofundamento do setor industrial chinês. Entretanto, o Segundo Plano contou com uma estratégia a mais: o Grande Salto Adiante. A estratégia tinha como medidas

[...] promover a flexibilização do sistema de planejamento central e tornar menos rígido o controle sobre a indústria; aplicar medidas que visavam eliminar de maneira completa a propriedade privada na indústria urbana, concentrando-a nas mãos estatais; reduzir as diferenças entre a cidade e o campo, incluindo seus trabalhadores, pois havia interesse em proletarizar o trabalho intelectual; promover medidas descentralizadoras no âmbito do desenvolvimento das pequenas indústrias rurais com baixo desenvolvimento tecnológico, já que nas cidades se via o estabelecimento das médias e grandes empresas, o que ficou conhecido como – Caminhar com as duas pernas - além destas, também foram instauradas outras medidas que caminhavam nesse sentido de intensificação da industrialização (AMARAL, 2010, p.19).

Apesar dos cálculos, o Grande Salto Adiante não funcionou como deveria. Nos anos entre 1959 e 1962, foi constatado uma das maiores ondas de fome do mundo, ocorrendo nesse período na China, com um número acima de 20 milhões de mortos (KISSINGER, 2011, p. 189). Por conta do insucesso da ação, Mao Zedong foi afastado de seu cargo.

Vale destacar que dentro desse contexto, ocorreu a chamada Revolução Cultural Proletária (1966), revolução fomentada por Mao e feita por estudantes e trabalhadores, objetivando romper com os paradigmas do governo vigente, desestabilizando-o em diversos setores. A Revolução obteve sucesso no que tange a retomada do poder por parte de Mao Zedong, entretanto, provocou diversos conflitos entre os civis e as forças do governo. Assim, a Revolução foi finalizada

14 A taxa de crescimento do setor industrial caiu de 34.8% entre 1950 e 1952 para 18.3%.

em 1969. Segundo Kissinger, “duas revisões completas da estrutura doméstica chinesa tiveram lugar: primeiro da economia, com o Grande Salto Adiante no começo da década; e segundo, da ordem social, com a Revolução Cultural no fim” (KISSINGER, 2011, p. 186).

Portanto, após passar por diversas turbulências internas, na década de 1970, a China tinha como foco seu crescimento e desenvolvimento. Nessa fase, Pequim já havia rompido suas relações com Moscou, e os Estados Unidos tornava-se um aliado atraente. Este fator será trabalhado no subtópico posterior.

Desta maneira, é inegável o desenvolvimento imódicico da China a partir dos anos 1970. Com Deng Xiaoping, o país passou a acreditar que o segredo do desenvolvimento estava presente na execução das “Quatro modernizações”. O conceito foi arquitetado no Terceiro Plano Quinquenal (1966-1970) lançado por Zhou Enlai no IV Congresso Nacional do Povo em 1975. Porém, foi adotado pelo Partido Comunista chinês somente no 3º Plenário do Comitê Central do XI Congresso Nacional do Partido, em dezembro de 1978¹⁵. As “Quatro Modernizações” eram pautadas na modernização dos setores da agricultura, defesa, indústria, ciência e tecnologia, além do replanejamento do seu comércio. Ademais, promoveu a “Política de Portas Abertas”, fomento das relações diplomáticas com países não socialistas. Arelado a todos os fatores mencionados anteriormente, a introdução de mecanismos de mercado que não alteraram o papel do Partido Comunista chinês, contribuíram para seu crescimento, como as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), permitindo a entrada de capital estrangeiro; a reforma fiscal ocorrida em 1980; a *Township and Village Enterprise*, proporcionando maior autonomia às empresas locais; a instituição do Sistema de Preços de Faixa Dupla, visando à fixação dos preços de produtos como carvão, petróleo e aço; a criação de uma economia socialista de mercado, em 1992 e a intensificação de mecanismos de atração de Investimento Estrangeiros Diretos (IED).

Desde então, o desenvolvimento da China pode ser observado em diversos setores do país. Assim, em 2005 ocorreu o lançamento do documento “O caminho do desenvolvimento pacífico da China” (*China's Peaceful Development Road*), o qual apresentava os pontos mais importantes a serem seguidos pela política externa chinesa para o século XXI. Apesar de não fazer uso do termo “ascensão pacífica”, o documento o fazia de forma indireta utilizando termos como “não pretensão à hegemonia mundial” para tal representação. Outro episódio importante são as mudanças domésticas que estão ocorrendo na China na segunda década do século XXI e como são bem vistas pela nação norteamericana. Nicholas Lardy (2013), membro sênior do Instituto Peterson de Economia Internacional em Washington, considerou as medidas do pacote com

15 (LEITE, 2011, p.151).

60 pontos, aprovado em novembro de 2013 na Terceira Reunião Plenária do 18º Comitê Central do Partido Comunista, como “potencialmente revolucionárias”¹⁶. O documento abordou temas sociais - como a flexibilização da taxa de natalidade - e econômicos - como maior atuação do mercado e limitação estatal que passa a ser regulador e gestor - mas todas essas modificações sobre regimento do Partido Comunista chinês.

Já no que concerne o maior envolvimento do país em diversas organizações internacionais e instituições multilaterais, é perceptível a evolução desse aspecto nos últimos 20 anos, tanto em nível regional quanto mundial. A nível regional, a China ligou-se com a Associação dos Países do Sudeste Asiático e ao fórum regional da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN); propôs uma área de livre comércio com os países da organização; acatou uma declaração que possui um código de conduta para as disputas relativas às ilhas no Mar do Sul da China; Assinou o Tratado de Amizade e Cooperação que significa o respeito às normas do fórum regional no que concerne a solução de conflitos; liderou a instituição da Organização de Cooperação de Xangai, organização voltada para a segurança na região da Ásia Central. Em escala global, aproximou-se da União Europeia e promoveu, a partir de 1998, reuniões anuais com o bloco regional; dialogou com a Organização para o Tratado do Atlântico Norte (OTAN), no que tange percepções estratégicas e ameaças regionais à segurança; em 2002 votou a favor de uma resolução que autorizava o uso da força, a segunda vez desde sua admissão no Conselho de Segurança e retificou tratados de grande relevância como o de controle de armas e de proliferação nuclear.

Além disso, a China faz parte do BRICS¹⁷, grupo composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, países emergentes que desejam converter seu poder econômico em desenvolvimento em maior influência geopolítica. Em 2014, em sua reunião de cúpula, foi acordada a oficialização da criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBS), que terá sua sede na China, contando com o capital inicial de 50 bilhões de dólares. Outro âmbito o qual o país tem se envolvido ativamente são as negociações sobre mudanças climáticas, principalmente no que se refere à emissão de gases causadores do efeito estufa, uma vez que o país lidera a lista de maiores emissões do gás poluente. E por fim, seus notórios discursos de solidariedade e cooperação com os países em desenvolvimento, a exemplo do G77 - grupo que reúne os países em desenvolvimento com o objetivo de prover maior capacidade de negociação no sistema ONU – no qual efetua, inclusive, um papel de liderança.

16 Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,para-analistas-mudancas-na-china-sao-revolucionarias-imp-,1100696>> Acesso em: 15 out. 2014.

17 O BRIC foi institucionalizado em 2009, contudo, tornou-se BRICS com a entrada da África do Sul em 2011, não mais representando mercados emergentes, mas sim países emergentes com uma agenda comum.

Nota-se o empenho da China em seu desenvolvimento, sua busca de maior adaptação no que concerne a suas reformas e mudanças em âmbito interno e sua maior inserção em diversos setores do sistema internacional. A seguir, tratar-se-á de uma das mais importantes estratégias de inserção: o reatamento das relações da China com um importante ator do sistema internacional: Estados Unidos.

1.3 Reaproximação sino-americana

Para entender melhor as relações sino-americanas atuais é necessário compreender como estava configurado o arranjo político do sistema internacional pós 1945 e principalmente, na década de 1970. Como Estados Unidos e União Soviética estavam inseridos de forma protagonista na Guerra Fria, o expansionismo de ambos os países desenhou as zonas de influência no sistema internacional pós 1945. Baseado na Doutrina Brejnev¹⁸, a URSS seguia uma política de projeção de seu poderio no mundo. Por sua vez, os Estados Unidos procuravam exercer a contenção dessa expansão soviética. Desta forma, a China parecia atrativa para ambos os países, de acordo com seus interesses. Porém, o país soviético, antes aliado da China, após a década de 1960 tomou posturas desaprovadas pelo país¹⁹, que no começo da década de 1970, afastou-se consideravelmente do *Soviet Style*. Esse distanciamento tornava-se interessante para os EUA, visto que se encaixava na estratégia de Estado de Nixon, a qual “a reaproximação norte-americana da China enquadra-se dentro de uma estratégia maior arquitetada pelo governo Nixon: a era da negociação” (ANDRADE, 2014, p.51).

Na década de 1970, as relações entre Estados Unidos e União Soviética estavam baseadas na *détente* - período de maior flexibilização das relações entre os dois países de forma mais cooperativa - rompendo com o modelo estabelecido da Guerra Fria. Entretanto, isso não significava uma total cooperação entre os dois países, uma vez que os EUA continuavam a aplicar a sua política de contenção em relação à União Soviética. Kissinger diz que nesse período, “o governo Nixon reagia nevrálgicamente a qualquer ameaça geopolítica ou estratégica da União Soviética” (KISSINGER, 2012, p. 662). Nesse contexto, as aproximações sino-americanas começaram no final da década de 60, apesar de existir o que Kissinger chama de anomalias²⁰. Vale ressaltar que as relações entre China e

18 Doutrina a qual defendia a união entre os países socialistas, permitindo, assim, a intervenção política e militar em países que representassem uma ameaça a paz mundial e às vitórias da expansão comunista.

19 “Um editorial de 1962 no Diário Popular, o jornal oficial do Partido Comunista chinês observou raivosamente que essa era a primeira vez que um Estado comunista não ficava ao lado de outro Estado comunista contra um país “burguês” (KISSINGER, 2011, p.196).

20 O autor denomina como “anomalia” dois assuntos delicados para os Estados Unidos em relação à China: Taiwan e Vietnã. A primeira por conta do não reconhecimento de Pequim como capital da China e sim Taipei. E o segundo, pelo posicionamento contrário de ambos os países na Guerra do Vietnã.

Estados Unidos foram rompidas após a Guerra Civil chinesa, em 1949, seguida da Guerra da Coreia, em 1950. Além disso, durante o período de afastamento das relações sino-americanas, a China exerceu uma política externa isolacionista, sutil e indireta (KISSINGER, 2012, p. 675). Assim, a reaproximação, no ramo diplomático, especificamente, ocorreu em 1971, resultando na visita a Pequim do presidente norte-americano Richard Nixon, em 1972. Não só pensando em um desenvolvimento interno e isolado, Deng também pensou na imagem do país na comunidade internacional: foi o primeiro líder chinês a visitar os EUA. A partir desse ato, em 1979, os laços entre a China e o Ocidente foram se estreitando visando seu progresso reformista. Por parte dos EUA, a República Popular da China foi reconhecida e o país segue uma política que defende uma só China, apesar da anomalia com Taiwan. Isto posto, depreende-se que a nova aproximação das relações sino-americanas era benéfica estrategicamente para ambos os países.

A partir de então, ambos os países seguem em uma estreita relação, tanto comercial quanto política. Apesar disso, questiona-se até que ponto essa relação permanecerá pacífica, visto que se trata das duas maiores potências do atual período e também devido ao fato da história demonstrar que quando a maior potência se sente ameaçada por uma potência emergente, o episódio seguinte seria uma guerra hegemônica para manutenção de poder. Há diversos autores que argumentam que a China não deseja desbancar a atual hegemonia norte-americana, bem como há autores que argumentam o contrário: as relações entre China e Estados Unidos, necessariamente, desencadearão um conflito entre os países.

Apesar de autores como Kissinger, Buzan e Nye não verem de forma agressiva a ascensão chinesa, há autores das Relações Internacionais que discordam de tal postura, como é o caso de Mearsheimer (2006, p. 160) que destoa da opinião dos autores citados acima, alegando a impossibilidade da ocorrência de uma ascensão pacífica na história, inclusive da China. Além dele, Robert Kaplan (2005, p. 49) assinala a inevitabilidade de uma ascensão de caráter belicoso, como ocorreu com a Alemanha no começo do século XX. Tais posicionamentos demonstram a influência da corrente teórica de cada um dos autores para interpretar a política adotada pela China no século XXI. Apesar de também ser da corrente realista, Glaser traz uma visão diferenciada dos realistas ofensivos. O autor alega que a China pode ascender pacificamente, mas deixa explícito que o êxito não é garantido. *“Contrary to the standard realist argument, the basic pressures generated by the international system will not force the United States and China into conflict”* (GLASER, 2011). Na seção a seguir, será apresentado com mais precisão as diversas correntes teóricas com posicionamentos distintos acerca de um possível conflito entre China e Estados Unidos.

1.4 Conflito ou não conflito, eis a questão

É visível como a estratégia chinesa se desenvolveu intensivamente visando o seu desenvolvimento interno e a sua própria segurança na região. Uma das mudanças da política apresentada anteriormente trata-se de sua inserção no sistema econômico e político mundial atual. Segundo Nathan e Scobell,

The main tasks of Chinese foreign policy are defensive and have not changed much since the Cold War era: to blunt destabilizing influences from abroad, to avoid territorial losses, to reduce its neighbors' suspicions, and to sustain economic growth (NATHAN; SCOBELL, 2012, p.32).

Posto isto, visualiza-se que o objetivo de desbancar a potência mundial norte-americana não está no planejamento da política chinesa, muito menos entrar em conflito armado visando tal objetivo. Sobre um provável conflito entre as duas potências, de acordo com Aaron L. Friedberg há diversas visões a respeito: realistas otimistas e pessimistas; liberais otimistas e liberais pessimistas e construtivistas otimistas e pessimistas, como pode ser observado no quadro a seguir.

QUADRO 3 – Optimists, Pessimists, and the Future of U.S-China Relations

Theorists	Optimists	Pessimists
Liberals	Interdependence Institutions Democratization	PRC regime: Authoritarian/insecure The perils of transition U.S. regime: A crusading democracy Interactive effects
Realists	PRC power: limited PRC aims: constrained Security dilemma: muted	PRC power: rising PRC aims: expanding Security dilemma: intense
Constructivists	Identities, strategic cultures, norms: flexible and "softening" via institutional contact	Rigid and "hardening" via shocks and crises

Fonte: FRIEDBERG (2005, p. 39).

Os realistas otimistas defendem que

In fact, there is a significant probability that China's power will not continue to grow at anything resembling the pace of the past two decades. The process of economic expansion, in particular, may well be disrupted by domestic social and political turbulence. Moreover, even in the absence of major upheavals, growth could be significantly slowed by difficulties in creating efficient, equitable, and open legal and financial institutions. Substantially slower or more uneven economic growth will make it more difficult for Beijing to fund a sustained expansion in military capabilities. Noneconomic factors, such as shortcomings in organization, education, training, and doctrinal development, may also impede China's emergence as a first-class military power (FRIEDBERG, 2005, p.19).

Ademais, não acreditam, obrigatoriamente, que a potência em ascensão se comportará de forma assertiva, não seguindo, necessariamente e unicamente, as funções de suas capacidades, mas também levando em consideração suas intenções subjacentes (FRIEDBERG, 2005, p.20).

Dentre os autores realistas que defendem tal visão estão Kissinger, que defende a ideia que a China, como um país que encara grandes desafios internos não entrará em “confronto estratégico ou numa busca pela dominação mundial” (KISSINGER, 2011, p. 503). Bem como Wang Jisi (2012), que acredita que a liderança na China é prudente e sóbria, visto que alega que a China ainda é um país em desenvolvimento e que demorará décadas para o país alcançar o patamar de poder abrangente dos Estados Unidos. Assim, ele afirma que Pequim visa resguardar a sua liderança na China e, por sua vez, Washington em reafirmar sua liderança mundial, ou seja, dois focos de liderança com objetivos diferentes do outro. Assim, acreditam que há poucas razões para desencadear um conflito direto entre China e Estados Unidos.

Por outro lado, os realistas pessimistas acreditam que a China é uma potência em ascensão, desta forma, tendem a ter interesses de expandir seu domínio, além de estar inclinada a se comportar de forma agressiva (FRIEDBERG, 2005, p. 20).

Ainda que a política externa chinesa defenda o argumento de uma ascensão pacífica, o realismo ofensivo de Mearsheimer²¹ não acredita que isso seja possível. De acordo com essa visão, há leis inevitáveis na natureza dos Estados, onde a busca da sobrevivência e do poder são uma constante, onde a história é um círculo vicioso bem como o conflito entre os atores do sistema internacional (FRIEDBERG, 2005, p. 10-11).

A grande pergunta proposta por Kissinger é:

Can the fear of hegemony and the nightmare of military encirclement be reconciled? Is it possible to find a space in which both sides can achieve their ultimate objectives without militarizing their strategies? For great nations with global capabilities and divergent, even partly conflicting aspirations, what is the margin between conflict and abdication? (KISSINGER, 2012).

O questionamento proposto por Kissinger reflete o choque entre as correntes pessimistas e positivas: se a abdicação de um conflito seria uma atitude de maior possibilidade devido à relação entre as duas nações.

Não obstante os antagonismos enfrentados por ambos os governos, como a questão de Taiwan - as disputas territoriais nos mares da China; as ideologias

21 De acordo com o realismo ofensivo defendido por Mearsheimer, o principal objetivo dos Estados é a maximização de seu poder em escala mundial, com o intuito de se alcançar a hegemonia. Para alcançar tal objetivo, os Estados usarão a força para manipular o equilíbrio de poder no sistema internacional a seu favor, gerando competição entre as outras potências do sistema que tendem a buscar o mesmo objetivo de se torna *hegemon*.

políticas divergentes; as discordâncias em determinadas questões do Conselho de Segurança da ONU; a aliança norte-americana com alguns vizinhos que faz com que a China se sinta ameaçada por um cerco com finalidade de desestabilização; contenção do poderio chinês - existem analistas norte-americanos que alegam que os interesses da China e dos Estados Unidos não divergem em sua totalidade. Segundo Glaser (2011), *“The broader point is that although China’s rise is creating some dangers, the shifting distribution of power is not rendering vital U.S. and Chinese interests incompatible”*²². Seguindo essa noção, Zbigniew Brzezinski²³, chegou a defender o desenvolvimento de um “G-2”, que seria um grupo composto por China e Estado Unidos para enfrentar diversas questões como a crise financeira, problemas climáticos, proliferação de armas de destruição em massa, entre outros. Além disso, Nathan e Scobell apontam que *“A small group of mostly younger Chinese analysts who have closely studied the United States argues that Chinese and American interests are not totally odds.”* Conforme esse conceito, pela distância entre os dois países, os interesses de segurança não necessitam se chocar e sim haver cooperação através do comércio e de diversos interesses em comum (NATHAN; SCOBELL, 2012, p.36). Diferentemente da proposta de Brzezinski que defendeu a formação de um grupo, o grupo apresentado por Nathan e Scobell defendem uma maior cooperação entre ambos por conta de seus interesses próximos.

Apesar das diversas questões entre os dois Estados e do desenvolvimento da China poder ser encarado por Washington como ameaça a hegemonia norte-americana no sistema internacional, é necessário analisar quais seriam os motivos que teriam maior peso para a não ocorrência de um conflito armado. É possível afirmar que uma guerra seria a melhor solução para a manutenção de poder dos Estados Unidos em pleno século XXI ou o anacronismo do determinismo histórico tem suas falhas?

2. O desenvolvimento pacífico pode ser uma política de transição sem conflito?

Nesta seção, serão tratados quais são os motivos que levariam os dois Estados a tornarem a possibilidade de conflito menor e que, conseqüentemente, os levariam a escolher a cooperação como opção mais viável tanto para ambos os países quanto para a manutenção da ordem do sistema internacional. Não é o intuito deste trabalho fazer previsão de um futuro cenário das relações sino-americanas, visto que se acredita que cada decisão depende individualmente de cada ator, e não de fatores externos dados a eles. Não se descarta a possibilidade de

22 Um exemplo de interesses compatíveis foi o fato do desenvolvimento econômico da China estar em vigor, bem como a saúde da sua economia, foi de fundamental importância durante a crise econômica pela qual passaram os EUA, com a venda de títulos do tesouro para o país chinês.

23 Ver mais em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/64996/elizabeth-c-economy-and-adam-segal/the-g-2-mirage>> Acesso em: 21 out. 2014.

ocorrer um conflito entre as duas potências, contudo argumenta-se, sustentado em uma literatura específica, que as possibilidades são reduzidas e baixas devido a todos os argumentos que serão apresentados a seguir.

O primeiro fator que vale ser destacado antes da exposição dos motivos para alegar que a possibilidade de um conflito entre China e Estados Unidos é baixa refere-se à sua inevitabilidade. Alguns analistas, como Mearsheimer (2006) e Ikenberry (2008), alegam que o conflito entre as duas potências é inerente à realidade internacional, a qual a medida que há uma ameaça a hegemonia mundial constituída, a guerra se torna um fato inevitável. Inclusive, Ikenberry (2008) e Chan (2008) alegam que a análise de transição de poder no contexto contemporâneo atual, tendo como ator principal a China, é análoga a situação da Alemanha na primeira metade do século XX. Entretanto, a guerra não pode ser encarada como algo exogenamente dado às relações entre os Estados, e nem que a Teoria da Transição de Poder seja o arquiteto das atitudes estatais.

Por esse motivo, Clausewitz (1993, II: 1) destaca o papel do tomador de decisões. De acordo Ávila e Rangel (2009), quando uma decisão é relacionada ao uso ou ao potencial uso da força, tal processo é restrito à competência política, tendo em vista que é nesse campo que seriam determinados os motivos e os fins políticos que seriam considerados viáveis para o uso da força (2009, p.14). Deste modo, o tomador de decisão tem por função e responsabilidade analisar se a melhor atitude seria o uso da força ou não, visto que tal âmbito político oferece variadas possibilidades de tomada de decisão. Assim, pode-se concluir que a guerra constitui um instrumento utilizado pela política. Desta forma, “A visão ampliada baseia-se na segurança como um fenômeno complexo e multifacetado que não se limita a soluções prontas e iguais, ou seja, cada situação teria uma resposta diferenciada de acordo com o grau de securitização que ela alcança” (ÁVILA; RANGEL, 2009, p. 18). Posto isto, as decisões podem variar de acordo com as razões encontradas para o uso ou não da força, por parte do campo político, logo, dos tomadores de decisão de cada Estado.

Além das tomadas de decisões pertencerem ao ramo político, é necessário levar em conta a importância das mesmas e como tais decisões foram tomadas. De acordo com Smith, Hadfield, Dunne (2012, p.6) as decisões dos líderes são fundamentais: “*In realizing that foreign policy is a realm of decisions and actions, albeit under conditions of constraint and uncertainty, we should remember not to treat historical outcomes as though they were a given*”. Para analisar a política externa de determinado Estado é necessário levar em consideração dos tomadores de decisão, ações individuais e coletivas. Para que uma ação chegue a ser concretizada, é necessário passar por um processo de tomada de decisão racional. Consoante a esse modelo, inclusive o mais aceito pelo senso comum, a tomada de decisão deve ser racional, fazendo uso do raciocínio lógico e ordenado. Segundo Stein (2012, p. 131),

Their preferences should be ranked, at least intuitively, in such a way that if I prefer A to B, and B to C, then I prefer A to C. If I prefer peace to all-out-war, and I prefer all-out war to low-level insurgency, then I should prefer peace to insurgency. If I violate this requirement of 'transitive' preferences, if I prefer C to A, or insurgency to peace, then I am ruled out as a rational decision maker.

Os tomadores de decisão devem ser, necessariamente, lógicos ao analisar todos os dados e provas importantes para sua ação, sendo coerentes e consistentes, pensando sempre nas consequências de suas escolhas. Dessa forma,

The minimal, commonsensical requirements of rationality in foreign policy decision-making expect that policy makers can learn from history, that they can draw some propositions from the past and apply these propositions in an appropriate way to the future as they weigh the likely consequences of the options they face (Jervis, 1976; Levy, 1994; Tetlock, 1998a; Tetlock and Breslauer, 1991; Vertzberger, 1990) (STEIN, 2012, p.131-132).

Estabelecendo como central as relações sino-americanas atuais, pode-se observar os esforços tanto do presidente chinês, Xi Jinping, e do presidente dos EUA, Barack Obama. Em 2013, após se reunirem na Califórnia em reunião informal, ambos concederam declarações sobre o que foi tratado nesse encontro. Obama declarou que os objetivos de prosperidade e de segurança devem ser trabalhados através da cooperação e não por conflito, tentando encontrar um equilíbrio entre as duas áreas: competição e cooperação. Por outro lado, o presidente chinês defendeu que a relação entre China e Estados Unidos deveria tomar como um fator importante a ascensão chinesa bem como o tratamento como parceiro norte-americano tanto econômico como diplomaticamente²⁴. Além disso, vale ressaltar os resultados positivos do Diálogo Econômico e Estratégico EUA-China, ocorrido em julho de 2014, no qual o presidente chinês afirmou na abertura do evento que era necessário “quebrar o velho modelo de conflito e oposição entre grandes potências”, além de afirmar que “A cooperação entre a China e os EUA pode ajudar ambos os países e o resto do mundo a alcançar grandes coisas” e por fim defendendo que um conflito sino-americano seria um desastre para ambos os países, bem como para o mundo²⁵. Em novembro de 2014, durante a realização da cúpula da Asian-Pacific Economic Cooperation (APEC), em Pequim, observa-se como o diálogo entre os países se desenvolve com o passar dos anos, onde foram discutidas temáticas desde a emissão de gases poluentes até taxas tarifárias na relação comercial de tecnologia entre ambos os Estados.

24 Ver mais em: < <http://oglobo.globo.com/mundo/eua-china-querem-construir-novo-modelo-de-relacao-bilateral-8632172#ixzz3GP3VnX8n>> Acesso em: 24 out. 2014.

25 Ver mais em: <<http://br.wsj.com/articles/SB10001424052702303973004580019734207289518?tesla=y>> Acesso em: 24 out. 2014.

Além disso, há o choque entre capacidade e intenção. Para o realismo, as capacidades são responsáveis pela intenção do Estado. Assim, os Estados com maiores capacidades têm a tendência de agirem como potência – desejando expandir o seu poder - e suas disposições são as que mais afetam o sistema. Segundo Clausewitz (1993, I:1:3:84), um dos pontos que deve ser considerado quando o fator guerra é citado refere-se ao que ele chama de “intenção hostil”. Tal intenção seria baseada no ódio que moveria atitudes pautadas no uso da força como solução. Organski (1958) também defende que é necessário haver uma insatisfação para que o país possa ser classificado como *challenger* da hegemonia vigente.

No que concerne à capacidade chinesa, o país é detentor de grande capacidade econômica, grande população, território extenso, além de estar investindo altíssimo no setor de tecnologia. Quanto aos Estados Unidos, é inegável a capacidade e o destaque que o país possui em diversos setores. O país é a principal potência econômica, possuidor de grande população e extensão territorial considerável, além da proeminência tecnológica e diplomática. Segundo Nathan e Scobell,

U.S. military, economic, ideological, and diplomatic capabilities are relatively easy to discover -- and from the Chinese point of view, they are potentially devastating. U.S. military forces are globally deployed and technologically advanced, with massive concentrations of firepower all around the Chinese rim (NATHAN; SCOBELL, 2012, p. 37).

Como referido anteriormente, há diversas regiões estratégicas para a China onde se encontram bases militares dos Estados Unidos, a exemplo da *Pacific Command* (PACOM).

Mesmo diante das capacidades, os chineses acreditam que a intenção norte-americana pode ser propensa a compreensão interpretativa, ou seja, a intenção não depende, obrigatoriamente, de suas altas capacidades. Além disso, segundo Glaser (2011), a intensidade do dilema de segurança também depende de como os Estados veem os objetivos alheios.

Desta forma, independente da intenção dos Estados Unidos, o governo chinês tende a defender e conservar o costume pacifista, princípio este que é base de sua ascensão. Utilizando como forte estratégia o *Soft Power*²⁶ e partindo do pressuposto político de não intervenção na política interna dos Estados e da cooperação, a China alcança maior número de mercado consumidor ao redor do mundo. Assim, pode-se inferir que não só as capacidades definem as intenções, mas funcionam como motor à procura do mesmo.

26 “*Soft Power* é mais do que apenas persuasão ou a capacidade de encorajar pessoas pela arte do raciocínio: é também a capacidade de atrair, a atração frequentemente leva a certa submissão; concluindo, *soft power* é um poder de atração” (NYE, 2004, p. 6).

A capacidade de destruição dos armamentos é um fator que é avaliado a nível político na decisão do uso ou não da força. Os danos diretos e colaterais que o uso da força prejudica em uma guerra podem superar qualquer perspectiva de vitória que uma guerra pode proporcionar. Domício Proença Júnior, em seu artigo “As Guerra interestatais são coisa do passado?”, contesta os argumentos daqueles que defendem que as guerras entre Estados são coisa do passado. Em uma das refutações, Domício contradiz o argumento de que a capacidade de destruição é um dos motivos que leva aos Estados a não guerrearem. Como base de seu argumento, o autor alega que se trata de uma falácia, tendo em vista que nem todos os Estado tem essa capacidade de destruição. Entretanto, no caso específico da China e dos Estados Unidos, ambas as potências possuem capacidade bélica capaz de causarem estragos um no outro. Ambos, principalmente por exercerem um papel proeminente no sistema internacional, buscam meios de garantir a sua defesa, representada por suas forças militares e seus constantes investimentos nesse setor.

Neste âmbito, outro fator de grande peso é o fato dos dois países serem grandes potências detentoras de armas nucleares, podendo causar prejuízos inestimáveis em todos os aspectos nos componentes do sistema internacional. Apesar de Gilpin (1988, p.612) reconhecer que nenhum país sairia ileso de um possível conflito nuclear, o autor alega que a mudança na natureza da guerra não muda, obrigatoriamente, a natureza das relações internacionais, uma vez que para ele, uma guerra nuclear é mais provável à medida que os países estão se desenvolvendo nuclearmente. Assim, a motivação da destruição de um conflito neste sentido não impediria as potências em entrar no combate.

Outro aspecto a ser considerado é o custo da perturbação da ordem do sistema internacional. Apesar de Domício Proença Júnior defender o contrário, que “pelo menos desde o século XVIII, podia-se demonstrar que o que se ganhava com a guerra era inferior ao que se perdia por perturbar a paz. Mesmo assim, houve diversas guerras interestatais nesse período” (2010, p.77). Domício alega que apesar dos exemplos demonstrarem que os ganhos com a guerra não eram maiores em relação à perturbação da ordem, os Estados ainda sim a optaram por guerrear. Em contrapartida, Kissinger (2012), declara que “*It is doubtful that the leaders who went so blithely into a world war in 1914 would have done so had they known what the world would be like at its end.*” Ainda segundo o autor, historicamente os países que ascendem entraram em conflito, entretanto, as condições mudaram. Por esse motivo, o autor defende que agora os líderes não podem ter tal ilusão, haja vista que sabem os prejuízos que uma guerra em escala mundial acarretaria, bem como o custo da reconstituição de uma ordem internacional posterior.

Como já foi dito anteriormente, uma guerra entre China e Estados Unidos, provavelmente, não envolveria somente as duas potências, mas também

os aliados de ambos os lados, fazendo com que a ordem internacional seja abalada pelo confronto hostil. Desta maneira, dentro deste aspecto, pode-se analisar o nível de interdependência que se encontra, não só boa parte do sistema internacional, mas principalmente a China e os Estados Unidos. Consoante ao que Nathan e Scobell (2012, p.35) defendem, após a reaproximação dos dois países na década de 70,

Every U.S. presidential administration says that China's prosperity and stability are in the interest of the United States has done more than any other power to contribute to China's modernization. It has drawn China into the global economy; given the Chinese access to markets, capital, and technology; trained Chinese experts in science, technology, and international law; prevented the full remilitarization of Japan; maintained the peace on the Korean Peninsula; and helped avoid a war over Taiwan.

À medida que essa interdependência aumenta, dois fatores se tornam intrínsecos ao fenômeno: a sensibilidade, que diz respeito ao impacto de uma decisão de um país em relação ao outro, e a vulnerabilidade, referentes às possibilidades de melhor administrar o impacto de determinada decisão. De acordo com Keohane e Nye (1998), essa interação acarretaria na diminuição do uso da força nas relações interestatais. O país é o mercado mais importante da China e uma das maiores fontes de investimento estrangeiro direto e de tecnologia avançada. Além disso, a China é o maior credor estrangeiro com os títulos do tesouro norte-americano. Como já foi tratado anteriormente, ambos os países têm demonstrado a busca por cooperação em diversos fóruns e abrangendo aspectos importantes para o maior desenvolvimento das relações sino-americanas.

De acordo com Carvalho e Catermol (2009, p. 247), as relações produtivas entre ambos têm caráter estrutural, fator que dificulta a mudança da relação em um curto espaço de tempo. “As relações entre ambos são muito mais do que apenas comerciais em um sentido estrito” (CARVALHO; CATERMOL, 2009, p.247). De acordo com Minxin Pei (2014), devido ao fato das duas economias estarem profundamente entrelaçadas, os países tendem a evitar conflito. Por sua vez, Kissinger (2012) afirma que um confronto prolongado entre a China e os Estados Unidos iria alterar a economia mundial com consequências inquietantes para todos.

Outrossim, a extensa capacidade de prejuízo que um conflito geraria é latente, fazendo com que a interdependência econômica seja critério para evitar conflitos. Diferentemente do contexto da Guerra Fria, um confronto duradouro entre os dois países modificaria o funcionamento da economia mundial acarretando consequências negativas para todos que a compõem. Desta maneira, os possíveis resultados de uma guerra também trariam perdas provenientes da

perturbação da paz. Desse modo, faz-se necessário colocar todos esses fatores citados acima, bem como os benefícios de um conflito entre os dois países em uma balança e responder a pergunta: Vale a pena?

Desta forma, independente dos motivos que levam ao conflito, a guerra tem custos incomensuráveis não só financeiros, mas também humanos. Diante da mudança da ordem do sistema internacional e da ascensão chinesa, o que se pode inferir, portanto, é que um possível conflito armado entre as duas maiores potências econômicas pode gerar consequências duradouras e negativas à ordem do sistema internacional dos Estados, sendo o descarte dessa opção uma ação viável à ambas as potências.

Ademais, no caso de um conflito para contenção da ascensão chinesa, os dois lados teriam como objetivo provocar maior dano e prejuízo para o adversário. Após isso, seriam obrigados a contemplar o mesmo problema pelo qual começaram o conflito: a recomposição da organização do sistema internacional, o qual ambos os países são integrantes indispensáveis. É incalculável o prejuízo de uma guerra sino-americana para ordem do sistema internacional. Questionando o determinismo histórico, há a possibilidade desta suposta guerra ter o mesmo nível de embate quanto ao uso de tecnologias, como *drones* e armas nucleares, por exemplo? De que forma seria a reconstrução da ordem do sistema internacional? Quais países estariam dispostos a entrar no conflito para acompanhar a queda dos dois gigantes, a fim de tomar o posto de hegemonia mundial, como foi o caso dos Estados Unidos da Segunda Guerra Mundial? Existe algum país disposto a tal desafio? Posto isto, é possível inferir que Estados Unidos e China teriam mais benefícios com a estabilidade do que com conflito.

Considerações finais

As atitudes e o comportamento dos Estados, bem como a organização de poder no sistema internacional muda a cada período. É provável que, como as diversas transformações ocorridas desde o século passado, um conflito entre duas potenciais tenha menos probabilidade de ocorrer do que no século XX.

Com o desenvolvimento acelerado da China, a partir da década de 1970, o país asiático alcançou diversos âmbitos, expandindo sua presença e a sua influência. No mesmo espaço temporal, houve uma reaproximação diplomática entre as duas potências. A partir disso, a China tem procurado manter uma relação harmoniosa com os Estados Unidos, apesar de haver determinados tópicos onde há a dissonância entre ambos. Conclui-se que a política de ascensão/ desenvolvimento pacífico da China é uma das bases da política externa chinesa do século XXI e sua possibilidade de ocorrência se torna verdadeira a partir dos movimentos observados em suas atitudes no sistema internacional. Entretanto,

o país utiliza o discurso de ascensão pacífica a fim de demonstrar a empatia por desafiar qualquer poder superior.

Neste contexto, diversos analistas preveem um choque entre a águia americana e o dragão asiático. Onde o primeiro ator visaria à manutenção do *status quo* do sistema internacional atual e o segundo desafiaria a posição hegemonia estadunidense. Embora as duas grandes guerras do século XX terem sido baseadas pela luta ao posto de hegemonia mundial e da grande crítica dos realistas em relação à ascensão pacífica da China em diversos setores, alegando utilizarem o “*Tao Guang Yang Hui*”, há outras vertentes que alegam que há fortes indícios da possibilidade da coexistência das duas nações no sistema internacional sem a ocorrência de uma guerra hegemônica. Observa-se que uma possível guerra hegemônica entre as duas nações não seria saudável nem para o crescimento da China e nem para o poderio norte-americano no sistema internacional.

Neste contexto, o presente trabalho busca defender que por conta da fraca ideologia de guerra, a aprovação de um conflito entre os dois países seria baixa; do choque entre capacidade e intenção, onde um não determina o outro, bem como da capacidade de destruição e da interdependência, os quais desestabilizariam as relações dos atores estatais do sistema internacional atual. Portanto, as possibilidades de ocorrência de tal conflito são menores do que as motivações que levariam a um choque.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Gabriela Granço do. **Análise da diplomacia chinesa: a “ascensão pacífica” e seus questionamentos.** Em: ENCONTRO NACIONAL ABRI 2011, 3., 2011. São Paulo. Associação Brasileira de Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais – USP. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000200016&script=sci_arttext> Acesso em: 14 mai. 2014.

_____. **A diplomacia de “ascensão pacífica” como estratégia de política externa da China: as relações com o Vietnã e as disputas sobre as ilhas.** Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais entregue à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_arquivos/26/TDE-2013-07-03T07:56:29Z-13750/Publico/Gabriela%20Cristina%20Granco%20do%20Amaral.pdf> Acesso em: 16 set.

_____. **Compreendendo as raízes do crescimento econômico da China: uma anatomia das State-owned Enterprises (SOEs).** Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/58124454/Compreendendo-as-raizes-do-crescimento-economico-chines-uma-anatomia-das-State-Owned-Enterprises-SOEs>> Acesso em 20 out. 2014.

ANDRADE, George Bronzeado de. **O reatamento das relações sino-americanas (1969-1972): um estudo tripartido da maximização do poder rumo à hegemonia norte-americana na Ásia.** Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais - área de concentração – Política Externa e Segurança, entregue à Universidade Estadual da Paraíba, 2014.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo.** UNESP, Rio de Janeiro, 1995.

ÁVILA, Rafael; RANGEL, Leandro de Alencar. **A Guerra e o Direito Internacional.** Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

BRAUDEL, Fernand. **Civilization and Capitalism, 15th-18th century. II: The Wheels of Commerce.** New York: Harper and Row, 1982.

BUZAN, Barry; COX, Michael. **China and the US: Comparable Cases of ‘Peaceful Rise’?** The Chinese Journal of International Politics, vol. 6, 2013.

CHINADAILY. **China’s Peaceful Development Road.** Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/english/doc/2005-12/22/content_505678.htm> Acesso em: 15 mai. 2014.

CARRIÇO, Alexandre. **Grande estratégia e o sonho da China de Xi Jinping**. Lisboa, n. 38, jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s1645-91992013000200003&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 29 jul. 2014.

CARVALHO, Cecília; CATERMOL, Fabrício. **As relações econômicas entre China e EUA: Resgate histórico e implicações**. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, Junho, 2009.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da guerra**. Tradução de Maria Teresa Ramos. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **On War**. London e New York: Everyman, 1993.

COX, Robert. **Gramsci, Hegemony and International Relations: an essay in method**. In **Gramsci, Historical, Materialism and International Relations**. Cambridge University Press, 1993.

DORAN, Charles. **The Politics of Assimilation: Hegemony and its Aftermath**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1971.

EFE. **Alemanha quita dividas da 1ª Guerra Mundial**. Estadão, São Paulo, 03 out. 2010. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/europa,alemanha-quita-dividas-da-1-guerra-mundial,619231>> Acesso em: 23 mai. 2014.

FIORI, José Luís. **Sobre o poder global**, v.73, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n73/a05n73.pdf>> Acesso em: 23 mai. 2014.

FERGUNSON, Niall; KISSINGER, Henry; LI, David; ZAKARIA, Fareed. **O século XXI pretence à China? Um debate sobre a grande potência asiática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

FRIEDBERG, Aaron L. The Future of U.S.-China Relations: Is Conflict Inevitable? **International Security**, Vol. 30, N. 2, 2005.

GILPIN, Robert. **The Theory of Hegemonic War**. The Journal of Interdisciplinary History, Vol. 18, No. 4, 1988.

GILPIN, Robert. **War and change in world politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

GLASER, Charles. Will China's rise lead to war? Why realism does not mean pessimism. **Foreign Affairs**, março/abril, 2011. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/67479/charles-glaser/will-chinas-rise-lead-to-war>> Acesso em: 20 jul. 2014.

GUANGKAI, Xiong. **China's Diplomatic Strategy: Implication and Translation of "Tao Guang Yang Hui"**. Disponível em: <<http://cpifa.org/en/q/listQuarterlyArticle.do?articleId=182>> Acesso em: 23 out. 2014.

HOBBSAWN, Eric. **A Era dos Extremos. O breve século XX – 1914-1991.** Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IKENBERRY, John. 2008. The Rise of China and the Future of the West: Can the Liberal System Survive? **Foreign Affairs**, Vol. 87, No 1, Janeiro/Fevereiro.

JISI, Wang. **China deserves more respect as a first-class power.** Disponível em: <<http://ajw.asahi.com/article/views/opinion/AJ201210050003>> Acesso em: 14 mai. 2014.

KAPLAN, R. D. The Geography of Chinese Power. **Foreign Affairs**. Maio/Junho. 2010. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/66205/robert-d-kaplan/the-geography-of-chinese-power>> Acesso em: 24 mai. 2014.

KEYNES, John M. **As Consequências Econômicas da Paz.** Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/42-As_Consequencias_Economicas_da_Paz.pdf> Acesso em 19 nov. 2014.

KENNEDY, Paul. **The rise and fall of the great powers.** Londres: Unwin Hyman, 1988.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. Power and Interdependence in the Information Age. **Foreign Affairs**, Vol. 77, No. 5.

_____. **After hegemony: cooperation and discord in the world political economy.** New Jersey: Princeton University Press, 1984.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia.** Lisboa: Editora Gradiva, 2007.

_____. The Future of U.S.-Chinese Relations. **Foreign affairs**, 2012. Disponível em: < <http://www.foreignaffairs.com/articles/137245/henry-a-kissinger/the-future-of-us-chinese-relations>>. Acesso em: 30 jan 2014.

_____. **Sobre a China.** Tradução de Cássio de Arantes Leite. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

LEMKE, Douglas. **The Continuation of History: Power Transition Theory and the End of the Cold War.** Journal of Peace Research, Vol. 34, No. 1 (Feb., 1997).

LEITE, Alexandre César Cunha. **O projeto de desenvolvimento econômico chinês – 1978/2008: a singularidade de seus fatores políticos e econômicos.** Tese de Doutorado em Ciências Sociais – linha de pesquisa em Relações Internacionais, entregue à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

LYRIO, Mauricio Carvalho. **A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos.** Brasília: FUNAG, 2010.

MEARSHEIMER, John. **China's Unpeaceful Rise.** Current History; Apr 2006; 105, 690; Research Library. Disponível em: <<http://mearsheimer.uchicago.edu/pdfs/A0051.pdf>> Acesso em: 16 set. 2014.

NATHAN, Andrew; SCOBELL, Andrew. How China Sees America. **Foreign Affairs**, Setembro/Outubro, 2012. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/138009/andrew-j-nathan-and-andrew-scobell/how-china-sees-america>> Acesso em: 1 fev 2014.

NONNENBERG, Marcelo José Braga. China: estabilidade e crescimento econômico. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 201-218, June 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 jun. 2016.

NYE, Joseph. **China e EUA, uma volta a 1914?** O Estado de S. Paulo, São Paulo, 16 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,china-e-eua-uma-volta-a-1914,1119000,0.htm>> Acesso em: 19 jan. 2014.

_____. **The Changing Nature of World Power.** Political Science Quarterly, Vol. 105, No. 2, 1990.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LEITE, Alexandre César Cunha. Chinese engagement for Global Governance: aiming for a better room at the table? **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 57, n. spe, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292014000300265&lng=pt&nrm=iso&tlng=en> Acesso em: 20 nov. 2014.

ORGANSKI, A.F.K. **World Politics.** New York: Alfred A. Knopf, 1968.

PROENÇA JR, Domício. **As guerras interestatais são coisa do passado?** In JOBIM, N., ETCHEGOYEN, S., ALSINA, J. P., Segurança Internacional: Perspectivas Brasileiras, FGV, 2010, pp. 67-79.

SUETTINGER, R.L. **The Rise and Descent of “Peaceful Rise”.** China Leadership Monitor. n. 12. 2005. Disponível em: <http://media.hoover.org/sites/default/files/documents/clm12_rs.pdf> Acesso em: 13 de ago. 2014.

TOBACE, Ewerthon. **China passa Japão e é 2ª maior economia mundial.** BBC, Brasília, 14 fev. 2011. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/02/110214_china_japao_economia_rw.shtml> Acesso em: 10 jul. 2014.

TREVISAN, Cláudia. **Para analistas, mudanças na China são revolucionárias.** O Estado de S. Paulo, São Paulo, 26 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,para-analistas-mudancas-na-china-sao-revolucionarias,1100696,0.htm>> Acesso em 4 fev. 2014.

ZAKARIA, Fareed. **O mundo pós-americano.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Recebido em março de 2016.
Aprovado em abril de 2016.